

## DCV 215 – Teoria Geral das Obrigações

Prof. Cristiano de Sousa Zanetti

Monitoria de 22.VI.2023

Tema: Revisão

Monitor responsável: Fábio Floriano Melo Martins ([fabio.martins@lhoc.com.br](mailto:fabio.martins@lhoc.com.br))



Exercício 1: Por haver sido fortemente afetada por crise que assola a economia nacional, a empresa Inverno Produções Artísticas LTDA. não foi capaz de honrar, no prazo contratualmente estabelecido, dívida líquida e certa assumida junto à empresa Verão Distribuidora S/A.

Em razão de o título no qual se fundava a dívida preencher todos os requisitos legais de executoriedade, a Verão Distribuidora S/A ingressou com execução, na qual houve a cobrança do valor do débito corrigido monetariamente e acrescido de juros, custas e honorários advocatícios.

Analise, a seguir, no que atine à sua adequação jurídica, os seguintes argumentos contidos nas manifestações processuais de ambas as empresas, tendo em vista o disposto no Código Civil e a orientação prevalente no Superior Tribunal de Justiça.

- a) Verão Distribuidora S/A: *“é devida a cumulação de correção monetária, pelo índice INPC e de juros de mora apurados conforme a taxa SELIC”.*
- b) Inverno Produções Artísticas LTDA.: *“nos termos do art. 405 do CC/02, apenas a partir da citação legal devem começar a correr juros de mora”.*
- c) Verão Distribuidora S/A: *“a cláusula contratual que fixa previamente os juros de mora no importe de 0,5% ao mês é nula, pois contraria norma cogente do Código Civil”.*
- d) Inverno Produções Artísticas LTDA.: *“não devem ser pagos juros de mora à Verão Distribuidora, pois tal empresa estava inativa na época do vencimento da dívida, de modo que não sofreu qualquer prejuízo em razão da indisponibilidade do capital que lhe era devido”.*
- e) Verão Distribuidora S/A: *“ausente pactuação específica, os juros legais devem ser contados na forma simples”.*
- f) Inverno Produções Artísticas LTDA.: *“a taxa legal de juros de mora é de 1% ao mês”.*

Exercício 2: Suponha que as prestações abaixo mencionadas não tenham sido executadas no prazo convencionado e as classifique em mora ou inadimplemento definitivo.

- a) Pagamento devido em razão da aquisição de imóvel;

- b) Entrega de vestido de noiva;
- c) Realização de concerto musical de Natal;
- d) Construção de apartamento;
- e) Elaboração de campanha publicitária para o Dia das Crianças;
- f) Pagamento de aluguel;
- g) Realização de vacina em animal de estimação; e
- h) Manutenção do sigilo de informações empresariais estratégicas.

Exercício 3: A empresa *Moinho Inglês* que produz farinha de trigo contrata o transportador *Delayed* para realizar o transporte de um virabrequim, essencial à produção de farinha no moinho, para que chegue ao local de destino, sirva de modelo à fabricação de um novo e, em seguida, retorne ao moinho para voltar a operá-lo.

O prazo de transporte acordado é de 05 dias. O transportador é informado sobre a essencialidade da peça para o funcionamento do moinho, bem como a respeito da falta de um equipamento substituto e, por isso, se compromete a realizar o transporte estritamente no prazo contratado.

O virabrequim vem a ser devolvido apenas 10 dias após o início do transporte, com uma avaria que reduz a capacidade de produção do moinho em 10%. A avaria seria sanável se o moinho restasse parado por dois dias para atendimento técnico.

Dois meses depois, *Moinho Inglês* notifica *Delayed* a respeito do descumprimento do contrato de transporte e exige indenização (i) pela perda de produção durante o período de atraso; (ii) pela redução da capacidade de produção ocasionada pela avaria, calculada conforme os dois meses até então transcorridos; e (iii) pelos custos com atendimento técnico para reparo da avaria, ainda não realizado.

1. Quais tipos de dano estão sendo pleiteados?
2. A perda na produção pela falta do virabrequim ao longo dos 05 dias de atraso é indenizável?
3. A perda de 10% na produção do moinho, durante dois meses, ocasionada pela avaria no virabrequim é indenizável?

4. O atendimento técnico para reparo da avaria enseja danos indenizáveis? Quais?

Exercício 4: É muito comum que o negócio jurídico que dá substrato a reorganizações societárias complexas não seja de consumação instantânea em virtude de exigências não só práticas, mas também jurídicas, sendo a mais comum a necessidade de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Contratualmente, as partes previram “cláusula penal” em benefício da vendedora em caso de não aprovação da operação pelo CADE.

- a) Considerando que as partes fizeram tudo que estava ao seu alcance para aprovação do CADE, mas isso ocorreu, a “cláusula penal” é devida?
- b) A cláusula em análise é efetivamente uma cláusula penal? Em caso negativo, qual principal consequência prática dessa qualificação jurídica?